



Anatomia de um cancelamento: disputas político-midiáticas sobre a relação entre ciência e sociedade¹

Richard Miskolci²

Resumo: Neste artigo, discuto a prática do cancelamento e como ela tem sido usada em disputas de poder envolvendo segmentos com concepções divergentes do papel social da ciência. Início com uma história dos cancelamentos na confluência entre polarização afetiva e a esfera pública sob hegemonia das redes sociais. A partir da sociologia digital e da comunicação política, busco compreender como e por que a prática tem sido usada nas disputas em torno dos direitos humanos no Brasil. Por fim, foco a análise empírica de um caso de cancelamento em que diferentes concepções da relação entre ciência e sociedade colidiram.

Palavras-chave: cancelamento; direitos humanos; redes sociais; esfera pública; populismo epistemológico.

Anatomy of a cancelling case: political-mediatic disputes about the relation between science and society

1 Este artigo é resultado da investigação “Desinformação: um estudo sociológico a partir da pandemia de Covid-19 e seus desdobramentos”, financiada pelo CNPq na modalidade de Bolsa Produtividade em Pesquisa, Processo 303051/2022-1.
 2 Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – São Paulo – Brasil – richard.miskolci@unifesp.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6405-5591>

Abstract: *In this paper, I discuss cancelling practices and how they have been used in power disputes involving groups with divergent conceptions of the role of science in society. The paper begins with a history of cancel practices in the confluence between affective polarization and the public sphere under the hegemony of online social networks. Based on digital sociology and political communication studies, it tries to comprehend how and why this practice has been used in the disputes over human rights in Brazil. Finally, it focuses in one empirical case in which different views about the relations between science and society have collided.*

Keywords: *cancelling practices; human rights; social networks; public sphere; epistemological populism.*

Anatomía de una cancelación: disputas político-mediáticas sobre la relación entre ciencia y sociedad

Resumen: En este artículo, analizo la práctica de la cancelación y cómo ella ha sido usada en luchas de poder involucrando segmentos con concepciones divergentes del papel social de la ciencia. Comienzo con una historia de cancelaciones en la confluencia entre la polarización afectiva y la esfera pública bajo la hegemonía de las redes sociales. Utilizando la sociología digital y la comunicación política, busco comprender cómo y por qué la práctica ha sido utilizada en disputas en torno a los derechos humanos en Brasil. Finalmente, me centro en el análisis empírico de un caso de cancelación en que chocaron diferentes concepciones de la relación entre ciencia y sociedad.

Palabras clave: cancelación; derechos humanos; redes sociales; esfera pública; populismo epistemológico.

Por mais de duas décadas, pesquisei e ensinei no campo das diferenças, alinhado às demandas por direitos humanos, às ações afirmativas e, em especial, aos direitos sexuais e reprodutivos até que, no dia 07 de novembro de 2023, fui declarado *persona non grata* por um segmento do coletivo LGBTI+ que também ameaçou encaminhar sua nota-banimento à minha universidade. À época, ações similares contra professores ocorriam em várias universidades federais, abrindo processos investigativos e submetendo os servidores públicos a constrangimentos e punições. A imprensa cobria esses casos e alastrava supostas denúncias enquanto, em redes sociais, ataques de manada contra os acusados materializavam o que passamos a chamar de cancelamento.

O que se passava? Como mais de vinte anos de trabalho e comprometimento com causas de justiça social evaporaram e fui transformado em inimigo das causas a que dediquei minha vida? Como fui dragado como objeto de disputas em redes sociais e artigos de jornal sobre se deveria ser cancelado ou ter a liberdade de cátedra reconhecida? Não tenho redes sociais, nunca me manifestei durante o cancelamento e busquei distanciar-me dele para preservar um olhar que, um dia, me permitiria refletir sobre o ocorrido de forma mais objetiva e profissional possível, como sociólogo. Busco fazer isso neste artigo, em que pretendo responder o que é cancelamento e como essa prática tem moldado as relações entre universidade e movimentos sociais em disputas sobre o papel social da ciência.

Compreender cancelamentos no Brasil contemporâneo envolve inseri-los no acirramento das disputas em torno dos direitos humanos, desde meados da década de 2010, sob a hegemonia de uma nova ecologia midiática centrada no uso de redes sociais on-line. Confluência político-comunicacional nova em que se deu a retomada de uma gramática política de um passado radical e autoritário: a extrema-direita apresentando-se como anticomunista e a esquerda como antifascista e ambas em uma disputa que analistas qualificam como marcada pela polarização afetiva, na qual o adversário é encarado como inimigo a ser destruído.³

Batalhas informacionais: disputas de enquadramento sobre o papel social da ciência

Na pesquisa que deu origem à minha tese de titularidade e ao livro *Batalhas Morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada* (2021), analisei como a extrema-direita se organizou em termos político-comunicacionais até alcançar o poder, em 2018. Ela consolidou um enquadramento de “moralização da política” (Miskolci e Balieiro, 2023) que unia a aversão à corrupção nos negócios públicos a supostas ameaças de corrupção na vida privada, logrando definir a agenda (San Andrés e Castromil, 2020), disputar a opinião pública e vencer eleições (Kessler; Miskolci e Vommaro, 2024). A tese do livro é de que a oposição à extrema-direita se organizou nos termos criados por ela – o enquadramento moral –, estabelecendo o que denomino de batalhas morais.

Recusei o termo norte-americano “guerras culturais” para compreender o contexto brasileiro, e busquei identificar os conflitos nos termos de nossa

3 Segundo Gidron, Adams & Horne (2020), polarização afetiva é um tipo de polarização política, de caráter emocional – portanto não-ideológica tampouco sobre políticas concretas – marcada pela desconfiância e a hostilidade entre pessoas pertencentes a grupos com visões divergentes sobre sua sociedade.

história e sociedade.⁴ Nessa mesma linha, o objetivo, aqui, é analisá-los por meio de um quadro analítico apropriado ao contexto atual, sob a hegemonia das tecnologias da informação e comunicação (TICs) que aprofundam o fenômeno da midiaticização, inclusive nas relações entre ciência e sociedade. Historicamente disputadas em termos políticos, as universidades brasileiras passaram por ameaças na década de 2010, como quando se tornaram alvos de operações de investigação (Miskolci e Pereira, 2019) e invasões policiais contra manifestações antifascistas. Sua disputa político-comunicacional por diferentes grupos só tem se intensificado como atestam as batalhas informacionais durante a pandemia de Covid-19 (Miskolci, 2023) e também na disseminação de cancelamentos.

Batalhas informacionais é a noção que proponho para abarcar discussões que surgiram inicialmente sobre nossa entrada em uma suposta era da pós-verdade e dos fatos alternativos, na qual grupos de extrema-direita passaram a chamar de *fake news* notícias criadas pelos órgãos de imprensa estabelecidos enquanto liberais passaram a definir como desinformação conteúdos enganosos disseminados pela extrema-direita e apoiadores (por meio das redes sociais e da mídia conservadora). Batalha informacional enfatiza que é o conflito de interesses e o uso da comunicação que precisa ser estudado para identificarmos os agentes e os seus objetivos políticos. Assim, *fake news* e desinformação passam a ser encaradas como estratégias contemporâneas – na era da comunicação plataformizada em rede – na construção e disseminação de enquadramentos benéficos às causas de grupos que buscam apoio da opinião pública.

Enquadramento é um conceito sociológico criado originalmente por Erving Goffman (1974) para definir a maneira como as pessoas organizam sua experiência, interpretando a realidade em que estão inseridas. O conceito foi transposto para os estudos de comunicação política por Robert Entman (1993) e, desde então, foi utilizado em pesquisas sobre como movimentos sociais – à direita e à esquerda – definem e expõem suas perspectivas na disputa da opinião pública. Segundo Reese, enquadramentos podem ser vistos como “princípios organizadores que são socialmente compartilhados e persistentes durante o tempo, que trabalham simbolicamente para estruturar em termos de significado o mundo social” (Reese, 2001: 11). Adicionalmente, alguns estudiosos reconhecem nos enquadramentos a materialização de ideologias (Snow e Bendford, 2005).

4 Nagle (2017) analisa o caso norte-americano, no qual embates entre a esquerda liberal e a extrema-direita coproduziram o enquadramento de suas disputas.

Entman (1993) chama a atenção para o processo em que um agente – que pode ser coletivo – enquadra um tema segundo seus interesses por meio da seleção, destaque, omissão e encadeamento de informações. Processo que, na era de comunicação de massas, envolvia o trabalho de convencimento dos profissionais que controlavam o acesso às mídias para atingir o grande público, mas que, na ecologia midiática de comunicação plataformizada, ampliou a diversidade de atores que agora têm acesso direto ao público. Assim, a esfera pública que denomino de técnico-midiatizada por unir características tecnológicas à intensificação de lógicas midiáticas prévias às TICs termina por facilitar a criação de enquadramentos, potencializando-os como armas comunicacionais em disputas políticas. Sublinho aqui que também como estratégias que viabilizam cancelamentos de pessoas ou coletivos de que um grupo de pressão diverge.

Tal estratégia político-comunicacional de disputa sobre a universidade e seus recursos é potencializada pelo contexto de crescente desvalorização do docente universitário e sua produção, especialmente nas ciências sociais e humanas. Vivemos na era da valorização do *fast knowledge*, da propaganda midiática de que é possível aprender sem esforço e até sem professor, o qual pode ser substituído por ferramentas *on-line* como a inteligência artificial ou por influenciadores digitais. No campo das diferenças, a deslegitimação é patente na hegemonia dos intelectuais midiáticos, muitos dos quais se vendem como especialistas na desigualdade que encarnam, impulsionando socialmente uma visão midiática e comercial de representatividade, a qual alcançou hegemonia até nas instituições de ensino superior⁵.

Fora dos círculos especializados de estudos sobre diferenças, onde a produção científica e a discussão política são marcadas por uma pluralidade de perspectivas, a maioria da população – inclusive dos colegas nas universidades – tem como maior referência aqueles que resumem temas de justiça social à apologia da política de identidades nos jornais de grande circulação, canais de tv e de internet. Assim, não chega a causar estranheza que pessoas que dedicaram suas vidas à pesquisa sobre esses temas sejam ignoradas ou atacadas quando expõem publicamente as contradições e limitações da visão dominante. Ataque frequentemente apoiado pela vertente sempre numerosa dos que priorizam a militância à ciência e, justamente por isso, costumam se manter mais próximos do movimento estudantil, fonte contínua para atrair novos participantes para movimentos sociais e partidos.

5 Sobre o tema dos intelectuais midiáticos, consulte Vieira (2021) e sobre *influencers*, mais especificamente *youtubers* que supostamente defendem causas sociais, confira Dos Anjos (2021).

A geração atual de estudantes, por sua vez, é uma das primeiras a chegarem à vida adulta tendo vivido dentro da nova realidade tecnomidiatizada. Sua sociabilidade se deu de forma predominantemente plataformizada e dentro de lógicas das redes sociais on-line, o que os induz a se compreenderem a partir de um perfil (Machado e Miskolci, 2019). De certa forma, essa experiência é afeita aos discursos centrados em identidades e que também reduzem a política a uma mobilização constante em relação a elas. Características técnicas, midiáticas e até da origem cultural das plataformas de redes sociais – vindas, quase todas, dos Estados Unidos – moldam as novas gerações, tornando-as menos afeitas às divergências e mais propensas ao bloqueio dos debates e ao cancelamento.

Em meio ao reconhecimento decrescente do trabalho acadêmico e esse novo perfil de estudantes, as demandas de produtividade e impacto social das pesquisas se ampliaram, aumentando a competitividade e o uso das pautas de justiça social nas disputas internas às universidades. Essas disputas se estendem à nova ecologia midiática sob a hegemonia das redes sociais, cujas práticas antes restringidas pelas normas legais e de convívio coletivo foram suspensas on-line oferecendo ferramentas para setores radicalizados pela polarização política e afetiva em curso no Brasil.

O ataque às instituições observado por diversos especialistas (Benkler, 2021) não se restringe às mídias profissionais e à justiça, mas também alcança as universidades e as associações científicas sob a rubrica de crise epistêmica (Mendonça e Bernardes, 2022), termo que busca sintetizar a crescente deslegitimação de instituições. No que se refere à ciência, sublinho a crescente midiática da vida acadêmica que a draga para o palco ampliado e populista da disputa da opinião pública, submetendo-a a um escrutínio externo à sua missão pluralista, educativa e de criação de conhecimento crítico e inovador.

As relações historicamente enriquecedoras, mas também de tensão e divergências, entre movimentos sociais e conhecimento científico (Sorj, 2024) passaram por uma mudança em que as redes sociais fortaleceram instrumentos de pressão de grupos da sociedade organizada, à direita e à esquerda, desde grupos antivacinas e negacionistas climáticos a movimentos políticos e sociais progressistas. Temas de investigação, metodologias e, sobretudo, resultados investigativos deixaram de ser debatidos e contrapostos a outras pesquisas para serem julgados por aqueles que demandam que a ciência atenda aos seus objetivos e causas (Lynch, 2020: 50).

Em suma, transformações tecnológicas se associaram à intensificação da influência midiática na vida social de maneira que – em meio à crise de confiança

que abala várias instituições – hoje o conhecimento produzido nas universidades tornou-se um bem ainda mais valioso e disputado. Pesquisadores como Amit Prasad (2021) e Michael Lynch (2020) afirmam que, ao contrário de uma era de negacionismo, vivemos em um momento em que a ciência tem sido disputada como potente legitimador de argumentos de diferentes grupos de interesse. O que pode ser associado à sábia análise de David Michaels (2008) de que, frequentemente, o que se apresenta como debate sobre ciência tem substituído ou se sobreposto a outro, sobre políticas públicas.

Origens e características da prática do cancelamento

O cancelamento tem origens off-line como os antigos escrachos, manifestações de divergência que buscavam humilhar publicamente adversários políticos (Pecheny; Zaidan e Lucaccini, 2019). A lógica é a de personificar uma perspectiva da qual se diverge, tornando alguém um inimigo cujo combate reforça valores partilhados pelo grupo e, frequentemente, alça a líder quem coordena a performance de humilhação do adversário. O que hoje chamamos de cancelamento associa o escracho ao universo do consumo midiático e a práticas econômicas como o boicote. O cancelamento, portanto, surge na confluência entre práticas políticas e econômicas executadas por meio das tecnologias de informação e comunicação.

No campo que alguns chamam de progressista, em que há relativo consenso contrário às hierarquias sociais vigentes, o cancelamento tende a reatualizar um de seus enquadramentos clássicos: o embate entre o oprimido e o opressor. Tal enquadre é performado por meio da transformação do empreendedor moral e líder do linchamento em suposta vítima, pois, como afirma a feminista italiana Daniela Giglioli: “Ser vítima outorga prestígio, exige escuta, promete e fomenta reconhecimento, ativa um gerador poderoso de identidade, de direito e de autoestima. Imuniza contra qualquer crítica” (2017: 11). Aqueles que empreendem um cancelamento contam com a expectativa de que ninguém do seu campo político ousaria questionar uma cruzada moral contra um inimigo declarado “opressor”.

O cancelamento é uma prática midiática que opera dentro de uma economia moral e envolve sujeitos políticos que buscam se impor pela invalidação de alguém com quem disputam autoridade, visibilidade e atenção. O objetivo é submeter alguém a um simulacro de julgamento em que denúncia equivale à condenação, pois, no cancelamento, o condenado não tem direito à defesa e não se demanda do acusador o ônus da prova. O ambiente sem regulamentação

on-line é propício a essa prática, cujas consequências não permanecem nas redes e, nas nossas universidades, têm sido usadas para atingir professores, técnicos administrativos, estudantes e as próprias instituições.

O cancelamento pune diretamente alguns e cala outros que, compreensivelmente acuados e com medo de se tornarem o próximo alvo, deixam de se manifestar, o que garante um contexto de aparente concordância sobre o que se passa. Assim, é estabelecido um discurso unidimensional, mesmo porque baseado na punição e no silenciamento de vozes dissonantes. Algo mais grave nas universidades, espaço historicamente inovador em relação aos debates públicos, mas que se vê constrangido a adotar a falsa lógica moralizante que embasa os cancelamentos.

No Brasil contemporâneo, os canceladores defendem políticas que beneficiam sua atuação porque, a partir da afirmação de suas identidades, garantem monopólios epistêmicos na forma de local de fala/pertencimentos para construir repertórios conceituais e de ação segmentados (cf. Balieiro, 2022). À luz de Nancy Fraser (2006), é possível reconhecer nesses repertórios o que a feminista marxista chama de neoliberalismo progressista, aquele que se vale de formas concorrentes de aceder à igualdade e ao reconhecimento. A unidade entre sujeito e causa ainda aparece na demanda de que a pesquisa de diferenças só possa ser feita pelos sujeitos que as encarnem, impedindo a adoção de causas ou temas de pesquisa por todos, o que inviabiliza alianças políticas e investigações críticas.

A opção à mencionada política de identidades é uma abordagem mais inclusiva, a das diferenças, na qual as formas de ativismo e investigação reconhecem o caráter circunstancial e situado das identificações assim como a necessidade de buscar repertórios inclusivos de análise e luta que permitam alianças no objetivo de alcançar igualdade e reconhecimento social e jurídico de grupos historicamente subordinados. Nessa linha, todos são bem-vindos na luta por justiça social.

A maioria dos cancelamentos que acompanhei nos últimos anos busca atingir quem coloque em xeque uma relação unívoca entre identidade, local de fala e defesa de uma causa. Trata-se de uma luta pela autoridade sobre um tema na garantia de controle e monopólio dele em uma época em que a pauta dos direitos humanos está socialmente mais disseminada do que quando minha geração iniciou sua carreira, quando lutávamos contra a corrente assumindo mais ônus do que bônus pelo comprometimento com justiça social. Hoje, tal compromisso garante mais simpatia e apoios na disputa de cargos acadêmicos e governamentais, por posições em ONGs e partidos políticos, por trabalhos de

assessoria de diversidade em empresas ou financiamento de fundações filantrópicas internacionais ligadas à agenda DEI (*Diversity, Equity, and Inclusion*). Nas universidades públicas, a defasagem salarial também ajuda a compreender a busca desse tipo de verba que converte cancelamentos em uma via para quem almeja se estabelecer como liderança ante colegas que, por sua trajetória e obra, passaram a ser encarados como potenciais competidores no que virou, também, um mercado.⁶

A disputa por autoridade que associa a pauta política e epistemologia articula movimentos sociais, estudantis e professores nas universidades e associações científicas. Assim como qualquer campo de atuação profissional, o acadêmico também é marcado por tensões e disputas. O uso de pautas políticas e seu poder de mobilização por um segmento de professores é uma tática antiga em que a mais conhecida é acionar o movimento estudantil contra algum colega. Talvez porque os escrachos já fossem comuns no ativismo estudantil em sua compreensível relação contraditória – pela juventude e inexperiência – com a universidade e os docentes.

As plataformas on-line potencializam os escrachos e as dinâmicas em que eles eram acionados dentro das instituições, pois as redes não apenas oferecem ferramentas mais potentes para a criação de campanhas de difamação, mas também condições para que seus perpetradores raramente sejam repreendidos e, ainda mais raramente, sofram punições. Soma-se a isso o novo contexto histórico em que a sociedade brasileira passou a reconhecer e criar políticas reparatórias para injustiças históricas como a discriminação e o preconceito contra minorias.

As universidades, recentemente mais abertas à maior diversidade discente e com histórico acumulado de assédios, adotaram medidas como criação ou reforço de ouvidorias, canais para denúncias, aceleração de processos administrativos para investigar supostos casos de assédio. Esses meritórios esforços se deram por meio da ignorância dos vieses negativos da nova realidade comunicacional e dos conflitos que eles trouxeram, de maneira que servidores passaram a ter sua autoridade questionada cotidianamente e divergências sobre ela convertidas em denúncias (cf. Torres e Fernandes, 2017).

Em outras palavras, mudanças culturais, históricas e técnico-comunicacionais tornaram os cancelamentos mais poderosos e benéficos do que os escrachos

6 Nos Estados Unidos da América, a maioria dos cancelamentos de acadêmicos se dão em contextos de ensino superior privado em que demissões, boicotes e banimentos de docentes envolvem – além de disputas entre docentes e pesquisadores – a vulnerabilidade das instituições às ações nas redes sociais e à opinião dominante entre seus financiadores, incluindo o corpo estudantil pagante.

off-line a pessoas dentro das instituições que se associam eventualmente a vertentes de movimentos estudantis e/ou sociais para disputarem autoridade ou silenciar vozes em debates. A universidade tem se tornado mais conflituosa, sem que essas questões tenham sido debatidas e medidas tenham sido tomadas para garantir a liberdade de cátedra dos colegas que se tornaram alvo dessa prática.⁷

Wendy Brown afirma que sala de aula não é assembleia e que é fundamental manter separados os registros sobre o espaço e tempo para atuação política e aprendizado. Brown enfatiza: “Liberdade de cátedra precisa ser apreciada como um direito coletivo docente de ser livre de interferência sobre o que pesquisamos e ensinamos” (2022). A dificuldade em diferenciar sala de aula (que a politóloga associa à cátedra), assembleia e esfera pública envolve o que identifico como apagamento de registros incentivado pela hegemonia das redes sociais e que vai ao encontro dos interesses de segmentos nas universidades que já o promoviam.

Interesses de grupos políticos foram potencializados pelas novas tecnologias de maneira a submeter a vida acadêmica a lógicas de midiáticação. A midiáticação da ciência não deve ser confundida com o potencial ainda pouco explorado das TICs em favor da divulgação científica por meios públicos e não lucrativos. Stig Hjavard sintetiza midiáticação como as “transformações estruturais das imaginações, relações e interações humanas” (2013: 3) segundo os padrões e modelos disseminados pelas mídias. No que aqui interessa, midiáticação também se apresenta como molde das relações pela competição mercadológica, da ênfase sensacionalista em denúncias e da apologia do punitivismo.

Quando instituições adotam as denúncias como fato e submetem seus servidores ou estudantes a processos de investigação premiam os segmentos mais radicais do ativismo e normalizam o punitivismo do cancelamento em detrimento da histórica missão da universidade de educar resistindo às pressões anti-intelectuais. Se há um histórico de assédios a ser combatido e superado, ele não pode servir para justificar campanhas impetradas contra colegas sem o devido processo legal e que se assentam em uma concepção de poder insuficiente e inadequada para lidar com o contexto universitário, onde as relações de poder não vêm só de cima para baixo, mas também dos lados (pelos pares, aliás, como

7 Agradeço a Jayme Benvenuto por me explicar que a liberdade de cátedra foi positivada na Constituição de 1988, no artigo 206, incisos I e III, mas já era um princípio geral do direito. Princípios gerais possuem a mesma hierarquia da lei e do costume. Também podem ser entendidos como regras que orientam a aplicação e a interpretação das normas jurídicas. No campo da educação, o princípio da liberdade de cátedra assegura que professores e pesquisadores possam expressar suas ideias e opiniões livremente, sem censura ou imposições, dentro ou fora do ambiente acadêmico.

qualquer pessoa sabe em relação ao *bullying*) e, inclusive, de baixo para cima. Políticas e campanhas sobre assédio nas instituições brasileiras costumam focar as relações de cima para baixo, como se universidades fossem um espaço privado, e não instituições públicas altamente reguladas em que as disputas de poder se dão de formas mais sofisticadas.

A histórica e produtiva tensão entre visões sobre a universidade como espaço de produção de conhecimento e as que veem a universidade como espaço de intervenção social parecem – ao menos diante dos cancelamentos – pender para a da universidade apenas como espaço de atuação política. A universidade se torna afeita a visões utilitaristas e neoliberais em campos lucrativos de sua atuação, em geral nas exatas e biomédicas, enquanto a hegemonia de pautas políticas nas humanidades pode realizar o sonho neoliberal de reduzi-las apenas à extensão, evitando que desenvolvam o pensamento crítico.

A universidade abdica de ser um espaço educativo quando prioriza punições. E punição não significa ser exonerado – como pedem estudantes quando uma professora erra o pronome ou outra se posiciona nas redes sociais sobre uma política pública. A abertura de investigações e processos administrativos é um procedimento que destrói a saúde e inviabiliza carreiras, premia exatamente os comportamentos que deveriam ser alvo de ações disciplinares. Professores, outros servidores e até estudantes injustamente acusados são abandonados ou assistem às instituições em que trabalham ou estudam se voltarem contra eles.

Cabe reiterar que o professor e outros servidores do ensino superior são trabalhadores, têm direito a condições laborais seguras e salubres. Atualmente, na forma como grassam práticas como cancelamento, as universidades estão se tornando espaços de medo e perseguição. Quem pena, agora, podem ser alguns membros da comunidade universitária tomados como alvos, mas, no longo prazo, será a universidade que se constrói sob essa forma de violência política e as consequências que ela legará para a sociedade brasileira.

A condenação midiática e a defesa da cátedra

Depois de discutir as origens históricas e analisar preliminarmente as dinâmicas de disputa em que se dão cancelamentos, volto-me para o meu próprio caso. A declaração de *persona non grata* foi feita em um evento promovido pelo SESC (Serviço Social do Comércio) e a revista Cult⁸. Acusado de “retóricas ne-

8 A declaração de *persona non grata* e demais reações no movimento de cancelamento estão on-line e não são referenciadas aqui para não reiterar o que se pretende questionar e analisar: o uso das dinâmicas da esfera pública digital contra adversários.

gacionistas”, fui alertado de que minhas posições não seriam “toleradas em nenhum âmbito”, o que é coerente com a noção de *persona non grata*, a de alguém condenado ao exílio sem direito ao perdão ou retorno. A declaração reagia à discussão sobre os limites da noção de cisgeneridade em uma entrevista dada, anos antes, ao jornal do sindicato dos professores do Rio Grande do Sul, para divulgar o livro *Batalhas Morais* (Miskolci, 2021)⁹. Crítica feita em prol de uma política de alianças contra as imposições normativas de gênero, mas compreendida pelos signatários como “epistemicídio”.

Diferentemente do *bullying*, que é uma forma de violência continuada, o cancelamento é um evento, portanto, depende da criação de impacto, preferencialmente um escândalo que – no limite – assassine a reputação, destrua a carreira ou até tire o emprego do cancelado. Infe-re-se, tal destruição do alvo garantiria controle e autoridade sobre uma pauta política. Ao invés do diálogo teórico-conceitual, opta-se por calar a pessoa de quem se diverge. Lógica similar à do “lacrar” nas redes sociais, em que se apresentar como superior equivale a fechar uma discussão com uma declaração de efeito.

Assim como em outros casos de cancelamento, o meu foi anunciado em rede social e angariou apoios, transformando-se em uma espécie de cruzada moral contra um inimigo comum: o bode expiatório da vez. Armou-se o suplício público e, em poucos dias, multiplicaram-se os *posts* e as manifestações. Sem redes sociais, amigos me enviavam *prints* por *app* de mensagens com ataques de colegas que mal encobriam uma política do ressentimento disfarçada de campanha em prol de uma causa. Afetos negativos vinham no formato de indignação sobre um livro que a maioria não deu provas de ter lido.

Também houve quem se opusesse ao cancelamento e um abaixo-assinado a meu favor e em defesa à liberdade de cátedra começou a angariar assinaturas. No dia 11 de novembro, a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) emitiu uma nota curta e direta em minha defesa e da liberdade de cátedra, a qual foi reproduzida no *Jornal da Ciência* da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a SBPC.¹⁰ O apoio a mim veio associado à defesa de um princípio constitucional, o que poderia conferir institucionalidade, mas, como mostrarei mais adiante, geraria ainda mais reação nas redes sociais.

Ao contrário da narrativa conservadora que apresenta a universidade como “Torre de Marfim”, a história prova que ela se ergueu em defesa da ciência e do pensamento crítico ante a hostilidade coletiva. Pensadores foram queimados

9 A entrevista está disponível on-line em <https://perma.cc/W2ND-724B>

10 A nota da SBS está disponível on-line, no site da sociedade: <https://perma.cc/6VGT-JESE>.

vivos, condenados à morte ou ao exílio por séculos até termos estabelecida a instituição universidade e a liberdade de cátedra. Garantida pelo artigo 206 da Constituição brasileira de 1988, essa liberdade é uma conquista coletiva da categoria docente e indissociável do respeito à pluralidade de pensamento.

A liberdade de cátedra não impediu o contínuo diálogo e a articulação com as necessidades e demandas sociais. Argumentos anti-intelectuais e autoritários ora voltam, como agora, sob o disfarce de demandas da aproximação da ciência do povo. O que alguns autores denominam de populismos epistemológicos (Rodríguez-Medina, 2021) se imiscui em relações entre segmentos internos com movimentos externos, tensionando as relações com colegas e estudantes que resistem a ceder, permitindo que a ciência seja reduzida à arma política na disputa da opinião pública.

Qualquer que seja o desenrolar e o desfecho, o cancelamento envolve constranger, tornar a pessoa objeto de humilhação e reprimenda pública e no trabalho. Frequentemente, a comunidade universitária tem tratado vítimas de cancelamento como se elas fossem algozes. Também são perceptíveis ações que buscam afetar a saúde mental do cancelado. Basta mencionar as pichações que estudantes fizeram desejando a morte de uma professora. No meu caso, optaram por me cancelar, ao invés de simplesmente ignorar o que escrevi, dialogar ou responder por vias intelectuais, caso quisessem realmente se opor a uma abordagem ou a um conceito. Max Weber (1972: 12) há muito afirmou que a ciência está condenada à provisoriedade, pode ser contestada e superada.

Aqui, com intuítos analíticos, para compreender as condições institucionais em que nos organizamos como docentes, faço uma análise de como associações científicas – e a comunidade acadêmica e seu entorno – lidaram com um cancelamento na esfera pública tecnomidiatizada. A nota da SBS foi desqualificada pela campanha que crescia nas redes sociais. Meu departamento emitiu outra em minha defesa depois de uns poucos colegas chegarem a propor que ela só fosse escrita após debate com os canceladores, o que me fez perguntar-lhes por que não haviam proposto o mesmo quando antivacinas nos ameaçaram. Tornava-se visível a articulação do tema cancelamento com os estudos sobre desinformação, pois assistimos a intensificação e midiatização de formas de pressão que disputam a ciência e questionam suas bases epistemológicas em favor de diferentes causas sociais e posicionamentos políticos. Trata-se de fenômeno antigo que se reatualizou e expandiu midiaticamente durante a pandemia de Covid-19.

O Fórum de Coordenadores dos mais de 50 Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Ciências Sociais divulgou nota em favor da liberdade de cátedra

e em apoio ao cancelado, a qual foi divulgada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, a ANPOCS, e seu presidente – cientista político – assinou o abaixo-assinado em apoio ao cancelado.¹¹ Em contraste com a SBS, que publicou sua nota de apoio em seu site oficial, a ANPOCS divulgou a nota do Fórum de Coordenadores em suas redes sociais, espaço afeito às lógicas do cancelamento. Também, inicialmente, deixou aberta a nota a comentários, o que atrai e organiza redes de oposição, no caso, contra alguém que é usado para personificar um embate.

Desde a republicação da nota do Fórum de Coordenadores, adversários no campo dos estudos de sexualidade associaram-se a ativistas e estudantes em comentários contra a nota. Aparentemente, o objetivo era reverter as notas anteriormente publicadas pela SBS e pelo Fórum de Coordenadores. A ANPOCS então adicionou uma tarja à nota do Fórum, expressando que aquela não era sua posição. Desde que o cancelamento envolveu manifestações oficiais apresentadas em redes sociais e abertas a comentários, se formou um enquadramento afeito aos canceladores.

Em uma perspectiva sociopsíquica, um enquadramento midiático cria um efeito de distorção da consciência e, por conseguinte, a alteração da percepção dos fatos, o que – nos estudos midiáticos – induz a tomar a narrativa midiática pela realidade objetiva. No caso, um viés de julgamento moral: “O enquadramento, no caso moralizante, gera engajamento da opinião pública por reduzir relações de poder complexas a um simples dilema entre certo e errado, bem ou mal, herói ou bandido” (Miskolci e Baliero, 2023: 485). Isso se passa porque, on-line, as pessoas tendem a ser motivadas a tomar convicções morais como objetivamente verdadeiras e aplicáveis universalmente. Garrett (2016: 2) afirma que convicções morais disparam desconfiança em autoridades, justificam atitudes punitivas e até tornam aceitável a violência política.

O primeiro efeito que o enquadramento midiático em tela criou foi o de transformar a vítima em algoz. O segundo efeito talvez seja uma especificidade do campo das ciências sociais: os signatários da nota-banimento foram alçados ao posto de “o movimento social”, subentendidos como “o povo” *versus* “elite”, como se um colega de trabalho e um princípio constitucional fossem algo de elite, além de se basear em um binarismo simplista para pessoas de humanas.

O contexto das redes permitiu que o cancelamento fosse apresentado com uma suposta oposição entre os “sem poder” contra alguém poderoso, como se

11 A nota, fechada a comentários quando da redação deste artigo, está disponível on-line no Instagram da associação: <https://perma.cc/QVU5-V4EN>.

alguém cancelado e ameaçado é que fosse ameaçador e não um conjunto articulado de pessoas voltado ao seu banimento. A liberdade de cátedra foi chamada de elitismo por alguns dos colegas que a defenderam diante da extrema-direita nos últimos anos. Nos comentários das redes sociais, fui submetido, assim como ocorre com muitos outros atualmente no Brasil (e isso é o mais relevante em termos sociológicos), a um justicamento on-line, leia-se, público. Linchamento moral em que adjetivos depreciadores eram publicados por um segmento que entrou em uma espécie de espiral contra um colega do mesmo campo de atuação profissional e temática.

Aqui há algo a ser frisado: o debate acadêmico evaporou. Um segmento da comunidade acadêmica passou – por meio do enquadramento midiático analisado – a entrar na discussão se eu deveria me retratar, como se pesquisa existisse para ser julgada no tribunal das redes sociais. O enquadramento midiático construído pelo cancelamento foi astuto em operar inversões: vítima transformada em algoz, algozes e empreendedores alçados a uma posição de vítima. On-line, os signatários da nota-banimento foram chamados de movimento social – como se precisassem ser defendidos. Eram professores universitários, políticos, funcionários públicos, associações, portanto, pessoas e entidades que, sobretudo unidas, têm muito mais poder que qualquer indivíduo cancelado e banido.

Entre a democratização do conhecimento e o populismo epistemológico

No dia 17 de novembro, o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da UNICAMP emitiu nota em defesa do pesquisador declarado *persona non grata*, pelo direito ao dissenso e contra censura ou banimento¹². Só então o programa de pós-graduação a que sou vinculado emitiu nota em minha defesa¹³. Ao mesmo tempo, nas redes sociais, a reação de profissionais articulados a participantes do cancelamento criou uma onda de apoio ao meu banimento. O Pagu resistiu aos ataques orquestrados que, a despeito da profusão de *posts* que parecia resultado de centenas de envolvidos, era algo feito por um grupo bem menor, mas muito ativo on-line. Diante de dinâmica similar de bombardeamento de mensagens, a direção da ANPOCS cedeu.

A reação articulada de ativistas com apoiadores na associação resultou na redação de uma nota oficial da ANPOCS como se o grupo que declarou meu cancelamento precisasse de apoio. Vale sublinhar que o apoio da associação se

12 A nota está disponível on-line em: <https://perma.cc/7PZQ-BQWQ>.

13 On-line em: <https://perma.cc/65CA-VL7z>.

deu como se os signatários da declaração formassem um movimento social que representaria uma minoria ameaçada frente alguém poderoso, ignorando o fato de que se tratava de um movimento formado por pessoas com muito mais reconhecimento, visibilidade e poder do que o cancelado. Ao que se soma o fato de agirem em conjunto no disparo de uma campanha contra um único indivíduo!

A nota da ANPOCS, cuja diretoria rotativa estava com a Sociologia, contrariou a posição da própria área e da maior parte dos programas que formam a associação, descumprindo, assim, a missão expressa em seu estatuto. Talvez isso se explique, mesmo que não se justifique, pelo fato de haver pessoas da diretoria em exercício envolvidas (direta ou indiretamente) no cancelamento. A associação manteve as duas notas on-line, a do Fórum de Coordenadores dos Programas de Sociologia e Ciências Sociais e a oficial da ANPOCS, dois polos em um conflito que interditou o bom senso e o diálogo.

Uma nota buscava defender a liberdade constitucional de ensinar, pesquisar e divulgar investigações sem censura e coerções ao lado de outra que defende os direitos de movimentos sociais desenvolverem seus saberes e colegas criarem conhecimento em diálogo com eles. As posições não precisam ser opostas e excludentes, pois a liberdade de cátedra não impede movimentos sociais de atuar, desenvolver seus conhecimentos, tampouco de colegas – se assim quiserem – construir conhecimentos dialógicos com eles.

No que se refere ao campo específico em que operou o cancelamento, o dos estudos de sexualidade, ao publicar a nota do Fórum dos Coordenadores com uma tarja indicando que ela não refletia a posição da associação e depois sua nota própria, a ANPOCS terminou por cancelar o enquadramento criado pelo cancelamento e que beneficiava um empreendimento contra os estudos *queer*, apenas contextualmente encarnados no cancelado.¹⁴ Algo perceptível em uma carta-manifesto assinada por investigadores dessa linha e publicizada on-line¹⁵. A ANPOCS também validou o status de movimento social e defesa de direitos humanos apenas aos seus opositores, como se aqueles e aquelas que pesquisam na linha *queer* não tivessem compromisso social e com esses mesmos direitos.

Neste evento que dramatizou midiaticamente uma disputa de autoridade sobre um campo de investigação, os segmentos político-acadêmicos que defendem monopólios epistemológicos validaram um suposto sujeito histórico que refutaria resultados de pesquisas. O cancelamento defendeu a expulsão

14 Os estudos *queer* podem ser compreendidos como desdobramento dos estudos de gênero no campo de pesquisa sobre sexualidade. Atualmente, alguns desses estudos feitos a partir de identidades chegam a se definir como *queer* sem efetiva incorporação analítica das teorias e conceitos dessa linha.

15 <https://perma.cc/LMH4-RQUJ>.

do campo de alguém com produção sobre a democratização e descolonização do conhecimento como se sua expulsão validasse a produção dos sujeitos que supostamente encarnariam as injustiças que estudam.

Cabe recordar que a maioria das investigações socioantropológicas sempre teve como foco não os sujeitos e, sim, suas relações sociais generificadas, diferenças e desigualdades ou o papel de instituições e organizações coletivas na reprodução ou transformação social. São temas abertos a todos comprometidos com essas questões e cuja relevância ou qualidade de suas pesquisas não se define pela identidade do investigador, mas por seus resultados. Refutar isso em favor de quem supostamente encarna o que estuda equivale a considerar que sujeitos subalternizados detêm uma perspectiva que naturalmente tornaria transparentes as relações de poder, o que nega não apenas toda pesquisa social canônica quanto, inclusive, as discussões que envolvem subalternidades na produção do conhecimento (cf. Spivak, 2006; Miskolci, 2021; Balieiro, neste dossiê).

Por fim, mas não por menos, a nota oficial da ANPOCS desautorizou uma de suas áreas, a Sociologia, e criou uma oposição entre duas das três áreas que a formam: Sociologia e Antropologia. O grupo historicamente contra a vertente *queer* na ANPOCS e na Associação Brasileira de Antropologia (ABA) articulou-se para emitir uma outra nota, mas se contentou com a reprodução da nota da ANPOCS. Consolidou-se, assim, o cancelamento, o que foi benéfico à linha de estudos de sexualidade via identidades que costuma se apresentar como predominantemente antropológica ainda que, fato a ser lembrado, foi uma grande antropóloga, Mariza Corrêa, que encomendou a mim o primeiro dossiê de estudos queer no Brasil, “Sexualidades Disparatadas”, publicado em 2007, na revista *cadernos pagu*, e agraciado, no ano seguinte, com o Prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade.

O saldo do cancelamento foi beneficiar partícipes da nota-banimento e de ambas as associações e causar prejuízos ao cancelado, dos quais menciono apenas os profissionais como o veto à minha participação em um evento e a tentativa – recusada pelos organizadores – de cancelar minha conferência em outro. O fato é que tais movimentos são contraditórios, instituições são feitas por pessoas e dissensos internos. Provavelmente, membros em posições decisórias nelas não estivessem a par do histórico de tensões e inimizades que existem em todos os campos de investigação e que propulsionaram o cancelamento em análise.

Na mesma linha, é importante evitar oposições simplistas entre disciplinas, pois os segmentos que buscam ascensão profissional pelo cancelamento de colegas se distribuem entre todas e circulam; e há críticos de suas táticas violentas em todas as áreas das ciências sociais. Menciono como agiram as associações e

núcleo de pesquisa apenas com intuito analítico, para refletir sobre como eles também têm sido dragados pela midiaticização dessas disputas, resistindo ou contribuindo para a degradação das condições de trabalho respeitadas e seguras que deveriam ser a norma no campo da produção e divulgação do conhecimento.

O cancelamento em análise midiaticizou uma disputa dentro de um campo em um enquadramento que a vendeu como suposta defesa de um movimento social contra alguém contrário e ameaçador a ele. As disputas intracampo sempre farão parte de qualquer área de investigação na forma de debates teóricos e conceituais, mas o que caracteriza o cancelamento é o uso das tecnologias da comunicação e informação com o objetivo de calar, destruir ou banir pesquisadores e outras categorias. Nesse contexto, cabe refletir sobre os posicionamentos de universidades e associações de pesquisa que – quando apoiam tais movimentos ou se eximem de criticá-los – terminam por desconstruir as normas profissionais premiando membros que rompem códigos de conduta e boas práticas. A aceitação do cancelamento beneficia os empreendedores que fazem uso de estratégias desleais na construção de suas próprias trajetórias.

Notas finais

Cancelamentos como o discutido neste artigo são eventos que angariam apoio ao transpor para a esfera pública – sobretudo as redes sociais, mas às vezes, também, na imprensa profissional – disputas complexas reduzindo-as a um enquadramento simples e binário, porém, historicamente arraigado em ativismos radicalizados: a luta do oprimido/povo *versus* o opressor/elite.

Quando geram posicionamentos de instituições acadêmicas e associações científicas divulgados em redes sociais e, portanto, expostos ao escrutínio geral, confundem transparência com a permissão de que sejam objeto de questionamento de campanhas de difamação. Assim, moldam seu posicionamento no tribunal das redes, corroborando o cancelamento e rompendo códigos da comunidade científica e universitária, o que pode vir a normalizar a prática de violência política que deveria ser objeto de repúdio por vários dos aspectos elencados neste artigo e nos demais que formam o dossiê em que se insere.

No cancelamento analisado, o movimento contra a defesa de cátedra associou uma conquista da categoria profissional docente a algo elitista e/ou contra o povo encarnado em um suposto movimento social, o que parece em sintonia com animosidades populistas contra a universidade, tanto à direita quanto à esquerda. Algo possivelmente associado ao que alguns autores definem como

populismo epistêmico, segundo o qual o último juiz de uma discussão intelectual teria que ser o “povo” (Lagerspetz, 2010: 39). Nessa perspectiva, os cancelamentos e o populismo epistemológico têm mais a ver com o impacto de práticas e discursos autoritários nas discussões acadêmicas do que com um efetivo compromisso com a democratização do conhecimento (Sismondo, 2017).¹⁶

Os cancelamentos vão ao encontro da tese de Wendy Brown (2022) de hiperpolítica da educação e do conhecimento, a qual tem mais a ver com os usos deles em embates políticos moldados pela polarização afetiva. Embates em que alguns são convertidos em bodes expiatórios sobre o papel do conhecimento científico em nossa sociedade, tema complexo que só pude abordar de forma lateral neste curto artigo, a partir da simplificação das diferentes visões nos polos em prol da democratização (que pode se dar de muitas formas) e dos que alertam para o risco do puro e simples populismo epistemológico.

Aqueles que empreendem cancelamentos provam terem aprendido a fazer uso das brechas legais e éticas que a nova ecologia midiática abriu. Membros de universidades e associações científicas que se associam a essas cruzadas digitais ao invés de recusá-las ou combatê-las contribuem – intencionalmente ou não – para a desconstrução dessas mesmas instituições, rompendo suas normas de convívio, debate acadêmico e pluralidade de pensamento. Nada mais sintonizado com nossa época de erosão democrática e ascensão de populismos autoritários.

Referências

- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Cancelamentos e gramática midiática: afinidades eletivas?. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.15, p. 1-21, e151391, 2025.
- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Uma sociologia do escândalo da Mostra QueerMuseu: disputas de enquadramento midiático entre o jornalismo profissional e o Movimento Brasil Livre. *Revista Sociedade e Estado*, v. 37, 2022, pp. 551-573.
- BENKLER, Yochai. A political economy of the origins of assymetric propaganda in American media In: Benett, W. Lance e Livingston, Steven. *The Disinformation Age Politics, Technology, and Disruptive Communication in the United States*. Cambridge, Cambridge University Press, 2021, pp. 43-66.

16 Sismondo (2017, p. 3) enfatiza que não se pode confundir vertentes como a da simetria (como na linha de Bruno Latour) com o populismo epistêmico, pois ainda que o princípio de simetria possa ser visto como uma forma sofisticada de falar de democratização da ciência e rompimento de hierarquias, ele não ignora ou rompe com a infraestrutura, o esforço, engenho e estruturas de validação do campo científico profissional.

- BROWN, Wendy. Why critics of angry woke kids are missing the point. [Entrevista concedida a] David Marchese. *The New York Times*, New York, 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2022/05/02/magazine/wendy-brown-interview.html>.
- DOS Anjos, Ana Carolina Costa. *Quando a pauta é representação, vale mais identidades ou empreendedorismo de si? Uma análise de youtubers negro(a/e)s brasileiro(a/e)s*. Tese de doutorado, Sociologia, UFSCar, 2021.
- ENTMAN, Robert. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 1993, pp. 51-58.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em uma era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 15, n. 14/15, 2006, pp. 231-239.
- GARRETT, Kristin. *The moralization of politics: causes, consequences, and measurement of moral conviction*. Chapel Hill, PhD dissertation/North Carolina University, 2016.
- GIGLIOLI, Daniela. *Crítica de la víctima*. Madrid, Herder, 2017.
- GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1974.
- GIDRON, Noam; ADAMS, James e JORNE, Will. *American affective polarization in comparative perspective*. Cambridge, Cambridge University Press, 2020.
- HJAVARD, Stig. *The mediatization of culture and society*. Nova York, Routledge, 2013.
- KESSLER, Gabriel; Miskolci, Richard e Vommaro, Gabriel. The ideology of Bolsonaro Voters. *Sociologia & Antropologia*, v. 14, n. 1, 2024.
- LAGERSPETZ, Erik. Wisdom and numbers. *Social Science Information*, v. 49, n. 1, 2010, pp. 29-59.
- LYNCH, Michael. We have never been anti-science: reflections on science wars and post-truth. *Engaging Science, Technology, and Society*, n. 6, 2020, pp. 49-57.
- MACHADO, Jorge e MISKOLCI, Richard. Das Jornadas de Junho à Cruzada Moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, v. 9, n. 3, 2019, pp. 945-970.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino e Bernardes, Cristiana Brum. Crise epistêmica e democracia: amadores e especialistas. In: LAVALLE, Adrián Gurza; Tatagiba, Luciana; ALMEIDA, Debora Rezende de; SILVA, Marcelo Kunrath. *Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências*. Porto Alegre, Azouk, 2022, pp. 327-345.
- MICHAELS, David. Manufactured uncertainty: contested science and the protection of the Public's Health and Environment. In: PROCTOR, Robert N. e SCHIEBINGER, Londa. *Agnotology: the making and unmaking of ignorance*. Stanford, Stanford University Press, 2008, pp. 90-107.
- MISKOLCI, Richard. *Batalhas Morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*. Belo Horizonte, Autêntica, 2021.

- MISKOLCI, Richard e Simões, Júlio Assis. Dossiê Sexualidades Disparatadas. In: *cadernos pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 28, 2007.
- MISKOLCI, Richard e Pereira, Pedro Paulo Gomes. Educação e saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. Botucatu, Unesp, 2019, pp. 1-14.
- MISKOLCI, Richard e Balieiro, Fernando Figueiredo. The Moralization of Politics in Brazil. *International Sociology*, v. 38, n. 4, 2023, pp. 481-496.
- MISKOLCI, Richard. Muito além do negacionismo: desinformação durante a pandemia de Covid-19. *Sociologias*, Porto Alegre, Pós-Graduação em Sociologia UFRGS, n. 25, 2023.
- NAGLE, Angela. *Kill all normies: online culture wars from 4Chan and Tumblr to Trump and the Alt-Right*. Winchester, Zero Books, 2017.
- PRASAD, Amit. Anti-science misinformation and conspiracies: covid-19, post-truth, and Science and Technology Studies. *Science, Technology and Society*, 2021, pp. 1-25.
- PECHENY, Mario; Zaidan, Luca e Lucaccini, Mirna. Sexual activism and ‘actually existing eroticism’: the politics of victimization and ‘lynching’ in Argentina. Thousand Oakes, International Sociological Association, 2019, pp. 1-16.
- REESE, Stephen D. Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research. In: REESE, Stephen D.; Gandy, Oscar H. & Grant, August E. (eds.). *Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research*. London, Lawrence Erlbaum, 2001, pp. 7-31
- RODRÍGUEZ-MEDINA, Leandro. De la post-verdad al populismo epistémico: una visión desde los estudios de ciência, tecnologia y sociedade (CTS). *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, UNAM, n. 243, 2021, pp. 191-216.
- SAN Andrés, Iván e Castromil, Antón R. La teoría de agenda-setting: origen, evolución y vigencia In: Castromil, Antón R.; Humanes, María Luisa; and TOJAR, García. (Eds.). *La comunicación política en la era de la mediatización*. Salamanca, Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2020, pp. 93-126.
- SISMONDO, Sérgio. Casting a Wider Net: A Reply to Collins, Evans and Weinel. *Social STUDIES of Science*, v. 47, n. 4, 2017, pp. 587-592.
- SNOW, David e Benford, Robert. Clarifying the Relationship between Framing and Ideology. In: Johnston, Hank e Noakes, John A. (Eds.). *Frames of Protest: Social Movements and the Framing Perspective*. Lanham, Rowman and Littlefield, 2005, pp. 205-212.
- SORJ, Bila. Academia e ativismos feministas. Apresentação na Mesa Política e Produção de Conhecimento: convergências e tensões. Rio de Janeiro, UFRJ, 2024.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- TORRES, Igor Leonardo de Santana e Fernandes, Felipe Bruno Martins. Se sofrer

LGBTfobia na universidade, denuncie: o queer punitivista no contexto de precarização do trabalho. *Revista Diversidade e Educação*, v. 5, n. 2, 2017, pp. 40-60.

VIEIRA, Allana Meirelles. *Opiniões à venda: oposições políticas e divisão do trabalho intelectual na mídia*. Tese de doutorado, Sociologia, USP, 2021.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo, Cultrix, 1972.

DATA de recebimento: 28/11/2024

DATA de aceite: 13/01/2025

Como citar este artigo:

MISKOLCI, Richard. Anatomia de um cancelamento: disputas político-midiáticas sobre a relação entre ciência e sociedade. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.15, p. 1-22, e151390, 2025. Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v15.1390>